

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de
Educação e Ciência
Deputado Alexandre Quintanilha

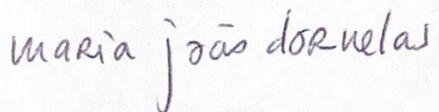
SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
I_COM8XV/2023/102	11-10-2023	Nº: 2164	07/12/2023
I_COM8XV/2023/112	06-11-2023	ENT.: 4914 PROC. Nº:	

ASSUNTO: Resposta à solicitação de informação sobre o objeto da Petição n.º 216/XV/2.ª – da iniciativa do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) “Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”

Encarrega-me a Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares de enviar a resposta proveniente do Gabinete da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior ao pedido de informação sobre a Petição mencionada em epígrafe, através do ofício datado de 07 de dezembro, cuja cópia se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete em substituição,



Maria João Dornelas

Gabinete da Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares
Entrada N.º 4914
Data 07/12/2023

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete da Ministra Adjunta e
dos Assuntos Parlamentares
Dr. João Bezerra da Silva

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
N.º 1908 ENT.: 4225	12/10/2023	N.º: ENT.: 4224/2023 PROC. N.º: 4/22.64	07/12/2023

ASSUNTO: Petição n.º 216/XV/2.ª “Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”, da iniciativa do Sindicato Nacional do Ensino Superior

Na sequência do pedido de informação remetido por esse Gabinete relativo à Petição n.º 216/XV/2.ª “Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”, da iniciativa do Sindicato Nacional do Ensino Superior, encarrega-me a Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de remeter a V. Ex.ª a Nota em anexo.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Sofia Miguel Assinado de forma digital por
Sofia Miguel
Dados: 2023.12.07 10:54:51 Z

Sofia Miguel

Em anexo: O referido.

NOTA

**Contributos da área governativa da ciência, tecnologia e ensino superior para apoio à
apreciação da iniciativa inframencionada pela 8.ª Comissão de Educação e Ciência**

[Petição n.º 216/XV/2.ª](#) “Pela valorização dos salários de investigadores e professores do ensino superior”, da iniciativa do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup)

I. Da iniciativa

A Petição em apreço tem por objetivo reivindicar:

«- A urgente atualização do índice remuneratório de base (índice 100) das carreiras de docentes do ensino superior e da carreira de investigação científica que não acontece desde 2009 aquando da atualização transversal para toda a Administração Pública da Tabela Remuneratória Única, possibilitando a recuperação do poder de compra perdido no período 2004-2023;
- O respeito pelo equilíbrio entre, de um lado, tipo, duração e percentagem de contratação e, do outro lado, habilitações académicas e horas de trabalho em docência e investigação nas instituições de ensino superior e ciência públicas e privadas, valorizando a qualificação dos professores e investigadores.»

No texto da Petição, o SNESup salienta que as carreiras de investigador e de professor do ensino superior são das mais qualificadas da Administração Pública, contudo vêm registando as perdas de poder de compra mais acentuadas. A perda real de salário para a esmagadora maioria dos docentes e investigadores do ensino superior público e privado agravou-se significativamente no último ano devido ao aumento da inflação.

O SNESup refere ter procedido à análise da evolução dos salários para os vários índices das carreiras de investigador e de docente de ensino superior, tomando em conta os valores da inflação, tendo concluído que a perda de poder de compra entre 2004 e 2023 se cifra em valores entre 22,07% e 27,65%, dependendo do nível remuneratório, e que apenas num único ano já longínquo (2009) se registou um efetivo aumento do poder de compra.

Os Peticionários apontam como razões para esta perda salarial:

- A desatualização do índice remuneratório das carreiras, no facto de a grande maioria dos docentes e investigadores do ensino superior continuar sem ver concretizadas alterações de posicionamento remuneratório, devido à exigência de obterem 6 anos consecutivos com menção máxima na avaliação de desempenho, situação que consideram injusta e sem paralelo nas restantes carreiras da Administração Pública.
- A escassez de oportunidades de progressão em termos de categoria profissional, restringida a concursos que são em número muito reduzido.

Mais salientam os Peticionários que as perdas salariais dos investigadores e professores de ensino superior são ainda mais acentuadas devido ao facto de muitos estabelecimentos de ensino superior implementarem políticas de desvalorização dos docentes, que se traduzem na inexistência de proporcionalidade entre número de horas letivas e percentagem de contratação, no recrutamento de docentes como convidados para suprir necessidades permanentes, muitas vezes encurtando o período de contratação com exclusão ilegal do pagamento entre 15 de julho

e 15 de setembro (quando não por períodos superiores), bem como na contratação de docentes com doutoramento na categoria de Assistentes Convidados. Salientam ainda que a contratação de investigadores tem vindo a ser realizada, na esmagadora maioria dos casos, à margem das carreiras e em posição remuneratória inferior à da categoria inicial da carreira de investigação científica que é a de investigador auxiliar.

II. Apreciação crítica

Como é do conhecimento público, as últimas legislaturas foram marcadas por um processo de valorização dos direitos dos trabalhadores públicos, que foi iniciado em 2016 e que abrangeu, entre outras medidas:

- a) a reposição de salários e o restabelecimento do princípio de atualização anual dos salários em toda a Administração Pública;
- b) a reabertura de admissões na Administração Pública, incluindo em instituições de ensino superior;
- c) o descongelamento de carreiras e a retoma do normal desenvolvimento das carreiras de ensino superior;
- d) a garantia de reposicionamento remuneratório na sequência de obtenção de título de agregado;
- e) a prorrogação do regime transitório de transição para carreira dos docentes de ensino superior politécnico;
- f) a aprovação de um regime de recrutamento para carreira dos leitores das universidades públicas;
- g) a consagração de um regime excecional de concursos internos de promoção a categorias intermédias e de topo das carreiras docentes do ensino superior, que conduziram à abertura de 1959 concursos de promoção, dos quais 1590 para acesso a categorias intermédias e 359 para acesso a categorias de topo.

O XXIII Governo assumiu o desígnio de prosseguir o caminho de valorização, capacitação e rejuvenescimento da Administração Pública, estabelecendo como prioridades para a legislatura a revisão da Tabela Remuneratória Única (TRU), a garantia da regularidade das atualizações salariais anuais, a valorização dos salários e das carreiras e a promoção do acesso às carreiras de técnico superior da Administração Pública, melhorando os níveis remuneratórios de acesso e beneficiando, também, a formação em mestrados e doutoramentos e garantindo a revisão de carreiras não revistas, onde se enquadra a carreira de investigação científica.

Com o objetivo de reforçar a valorização do emprego científico e académico, foi desenvolvido o processo de revisão do Estatuto da Carreira de Investigação Científica e a aprovação do regime do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior privados, cujos projetos de Decreto-Lei foram aprovados na generalidade pelo Conselho de Ministros, mas que, face ao atual contexto político, não será possível concluir.

Também em sede de discussão da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2024, foi aprovada uma medida que contempla a criação, pelo Governo, de uma linha de financiamento adicional para apoiar a contratação por tempo indeterminado de doutorados para a carreira de investigação científica, sem prejuízo dos eventuais apoios financeiros que cada instituição beneficie através do programa FCT-Tenure, até à dotação global anual de 20 milhões de euros.

Para além das várias modalidades de financiamento para investigadores doutorados financiados pela FCT, o novo instrumento de financiamento, programa FCT-Tenure, visa o desenvolvimento de atividades de I&D, consagrando e promovendo a contratação de investigadores doutorados para posições permanentes através de concursos dirigidos a instituições científicas e outras entidades não académicas com atividades de I&D reconhecidas, com o financiamento de 1400 posições até 2025, alocando 1000 posições no concurso lançado em 2 de novembro de 2023 e 400 posições no concurso de 2025. Esta medida visa contribuir para a redução da precariedade no emprego científico nacional, promover um desenvolvimento sustentável de carreiras, além de promover uma maior diversidade de percursos, e uma maior mobilidade intersetorial e disciplinar.

Nos últimos anos, foi reforçado o investimento na contratação de trabalhadores em funções públicas para que pudesse ser adequada às exigências presentes e foi dada prioridade aos salários mais baixos da Administração Pública. Porém, sempre se reconheceu a necessidade de valorizar os trabalhadores mais qualificados que já integram a Administração Pública, onde os docentes de ensino superior se enquadram.

No contexto do protocolo negocial discutido com as estruturas representativas dos trabalhadores docentes, esta área governativa já havia transmitido a sua intenção de proceder à atualização dos estatutos da carreira docente do ensino superior politécnico e universitário durante o ano de 2024, momento em que se colocariam em discussão as diversas questões relacionadas com a valorização da carreira docente que ainda não tinha sido possível abordar até ao momento. Porém, também este será um processo que não avançará como previsto em virtude das atuais circunstâncias políticas.

Gabinete da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Lisboa, 6 de dezembro de 2023